

A Avaliação, Selecção e Eliminação de Documentação nas Autarquias Locais

Com o apoio do Arquivo Distrital de Viseu, o Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizou em Viseu, no dia 9 de Novembro, uma jornada subordinada ao tema “A Avaliação, Selecção e Eliminação de Documentação nas Autarquias Locais”, que contou com 55 participantes.

A jornada iniciou-se com uma visita ao ADV, a que se seguiu uma sessão de trabalho com uma comunicação, seguida de debate, apresentado pelo Dr. Vitor Gomes. Os objectivos foram: dar a conhecer a Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, que aprova o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais; dar a conhecer a metodologia adoptada para a sua elaboração; identificar e ultrapassar as dificuldades surgidas na sua compreensão e interpretação; recolher experiências que possam contribuir para o seu enriquecimento.

A sessão de trabalho realizou-se na Delegação Regional do Instituto Português da Juventude, a quem agradecemos a cedência do auditório, bem como todo o apoio prestado.

Novos instrumentos de pesquisa

Fiscalização do recenseamento e recrutamento militar : Inventário, do fundo do Governo Civil.

Comissariado para os Desalojados : Inventário.

Catálogo de Documentos Avulsos do Cabido da Sé de Viseu : Prazos.

Incorporações

Livros notariais

Carregal do Sal – 176 livros (1953-1975) sendo: notas para escrituras diversas e respectivos documentos – 161 (1953-1975; notas para testamentos – 15 (1954-1974).

Livros paroquiais

Resende – 232 livros (1899-1904) sendo: baptismos – 79 (1899-1904); casamentos – 77 (1899-1904); óbitos – 76 (1899-1904).

Curso de Técnicos Profissionais

A zona centro não tem sido abarcada por formação a nível de técnicos profissionais de Arquivo. A carência de especialistas nesta área funcional faz-se sentir na maioria dos municípios, nomeadamente no distrito de Viseu.

Visando suprir essas carências por parte dessas instituições da Região, o Arquivo Distrital de Viseu, com a colaboração da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, irá promover no próximo ano um Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo. A iniciativa visa, prioritariamente, formar pessoal qualificado, orientado para os arquivos municipais do distrito. No entanto, as inscrições serão alargadas a todos quantos entendam por bem inscrever-se.

Todas as informações consideradas necessárias serão divulgadas durante o mês de Janeiro.

Viseu . nº24 . 4º trim . 2005

Editorial

O final do ano aproxima-se. É tempo de balanço. Para prospectar o futuro é imperativo uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido.

Organizámos a documentação, aspecto que, na sociedade actual, se mostra, cada vez mais, imprescindível ao bom funcionamento de um serviço e que permite ganhar tempo na recuperação da informação.

Tivemos a preocupação de responder rapidamente, com qualidade e eficiência a todas as solicitações.

Divulgámos o património documental e projectámos uma maior notoriedade perante o meio em que nos inserimos.

Poder-se-á dizer que cumprimos os objectivos delineados, através de procedimentos de qualidade.

Mas não pretendemos ficar por aqui. A excelência não se atinge. Modela-se e melhora-se todos os dias, para que possam ser alcançados, continuamente, os melhores resultados.

Hoje, e sempre, assumimos o compromisso de evoluir constantemente, procurando assegurar a satisfação dos nossos clientes e potenciar a dinâmica da melhoria contínua do nosso desempenho.

A Directora,

Maria das Dores Almeida Henriques

Convento de Barrô

O Convento de Barrô, no concelho de Resende, foi fundado por Mariana da Madre de Deus, sob invocação de Jesus-Maria-José. De família nobre e rica, convenceu a mãe a transformar a casa e quinta de seus pais em um recolhimento de donzelas e nele se recolheu. O Santíssimo Sacramento foi instaurado em 1671.

Os parentes da fundadora, inconformados com o rumo da herança, colocaram vários obstáculos e contribuíram para o retardamento das licenças e privilégios da clausura, que só veio a ser instituída no dia 8 de Setembro de 1678, sob a regra de S. Francisco.

A pressão dos parentes de D. Mariana junto do bispo de Lamego, D. Frei Luís da Silva, impossibilitavam-na de emitir os votos religiosos, pelo que, a primeira abadessa foi Madre Isabel Baptista.

Sete anos após a fundação, com a substituição do prelado, a fundadora emite votos. Dois anos depois foi eleita abadessa. Faleceu com fama de santa, a 1 de Janeiro de 1693.

A comunidade chegou a contar com mais de trinta religiosas. Os rendimentos começaram a diminuir e os bens foram empenhados para as freiras poderem viver. Em 1793, mediante autorização régia e pontificia, uniu-se ao Convento das Chagas de Lamego, para onde foram transferidas as poucas freiras ainda ali existentes.

Com a extinção das instituições religiosas, o imóvel foi confiscado pelo Estado e vendido em hasta pública. Reconstruído, foi durante alguns anos adaptado a colégio para meninas. Um incêndio ocorrido no princípio do século XX transformou-o em ruínas.

Com datas compreendidas entre 1546 e 1885, existem no Arquivo 63 livros e 965 documentos.



1666 Jul. 19 – 1703 Out. 15 – Prazos.
ADVIS, Monásticos, Convento de Barrô, Lv. 24/12, Fl. 76

Convento de Santa Maria de Fornos de Maceira Dão

O Convento de Fornos de Maceira Dão foi das primeiras casas religiosas dos monges Cistercienses a ser erigida em Portugal, logo após S. João de Tarouca e Alcobaça.

Fundado em 1161, por D. Sueiro Teodoniz, o primitivo convento era situado na possessão de Moimenta. Em 1173 foi transferido para Fornos de Maceira Dão.

D. Afonso Henriques foi o seu protector pelas prerrogativas e largos coutos com que o dotou. Nos séculos seguintes os seus bens aumentaram consideravelmente em resultado das doações que os fiéis lhe foram fazendo.

Em 1560 viram as suas rendas aumentadas, pois que, o cardeal D. Henrique, extinguindo o convento de Freiras Bernardas de S. João do Vale de Madeiros, ordenou que os bens deste convento fossem anexados ao mosteiro de Maceira Dão.

Após a extinção das ordens religiosas, os coutos de Maceira Dão foram incorporados no território do concelho de Mangualde e, em 1837, a Câmara Municipal tomou as deliberações necessárias para efeitos da sua administração.

O mosteiro tinha um vasto e valioso cartório, que foi transferido para o Seminário de Viseu aquando da sua extinção. Um incêndio ali existente originou a sua perda.

O edifício é actualmente propriedade de um particular e está classificado como Monumento Nacional.

Da documentação, restam no Arquivo 25 documentos respeitantes a prazos, produzidos entre 1796 e 1866.



1815 Ago. 22 – 1835 Jul. 30 – Mapas das escrituras de emprazamento.
ADVIS, Monásticos, Convento de Fornos de Maceira Dão, Cx. 1, N.º 4, Fl. 15